

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
VARA CRIMINAL E DO TRIBUNAL DO JÚRI DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXX-XX**

Autos nº XXXXX

FULANO DE TAL, já qualificado nos autos de número em epígrafe, por intermédio do Defensor Público que esta subscreve (art. 128, XI, LC n.º 80/94), vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência apresentar

ALEGAÇÕES FINAIS

pelos motivos fáticos e jurídicos a seguir demonstrados.

I - BREVE RELATO DOS FATOS

A denúncia imputa ao acusado a prática do crime de estupro de vulnerável (artigo 271-A *caput* do CP).

O Ministério Público em alegações finais postulou pela procedência integral da denúncia.

Vieram os autos à Defensoria Pública para apresentação de alegações finais, em memoriais.

II - DA ABSOLVIÇÃO. DO ERRO DE TIPO INVENCÍVEL:

Ao ser interrogado em juízo, o acusado confirmou que manteve relações sexuais com a vítima, com consentimento dela. Narrou ainda que a compleição física e o comportamento da vítima não denotavam sua real idade.

A vítima, por sua vez, afirmou que consentiu com tudo o que aconteceu. Disse não ter havido violência. Afirmou por diversas vezes que disse a idade ao acusado, mas de sua oitiva, não foi possível concluir que informou a idade correta.

Nota-se que o acusado agiu sob erro. Tinha falsa noção da realidade quanto à idade da vítima. Trata-se de circunstância inafastável no caso concreto em razão da compleição física e do comportamento da vítima, especialmente, por não ter relutado em manter relação sexual com o acusado já no primeiro encontro.

Registre-se ainda que a acusada tinha praticamente XX anos. Nesta idade, XX meses pouca diferença fazem na compleição física, especialmente para o sexo feminino. Não é crível que alguém que inicie um relacionamento, solicite documentos pessoais. Tal comportamento, além de não usual, torna impessoal algo tão íntimo.

Nesse sentido, é nítido que o acusado agiu sob erro de tipo, ao ignorar a real idade da vítima. A ele não era dado exigir RG da vítima antes de manter relação sexual, nem mesmo, presumir a real idade, especialmente quando ela já estava muito próximo dos XX anos.

De acordo com o artigo 20 do CP, o erro de tipo escusável ou invencível exclui o dolo, e, portanto, o crime, vejamos:

Art. 20 - O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei.

No caso em tela, o erro recaiu sobre a expressão “menor de 14 anos”, insculpida no tipo penal do artigo 217-A do CP.

Ante o exposto, a absolvição do acusado é medida que se impõe, uma vez inexistente a modalidade culposos do tipo penal imputado.

III- TESE SUBSIDIÁRIA. DOSIMETRIA.

Subsidiariamente, temos que, em caso de condenação, nenhuma das circunstâncias judiciais se revelam desfavoráveis ao acusado, razão pela qual a pena deve ser fixada no mínimo legal.

Saliente-se que, apesar de afirmar que não sabia da idade, o acusado assumiu ter mantido relações sexuais com a vítima, sendo merecedor, portanto, da atenuante da confissão espontânea.

IV- DOS PEDIDOS

Ante o exposto, pugna a Defesa pela absolvição do acusado com fundamento no artigo 386, inciso III do CPP c/c artigo 20 do CP. Requer subsidiariamente a fixação da pena no mínimo legal, com reconhecimento da atenuante da confissão espontânea (artigo 65, III, alínea ‘d’ do CP).

XXXXXXXX/XX, XX de XXXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL
Defensor Público